

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXII



COIMBRA 1997 / 1998
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

Alguns profissionais da escrita na Santarém de quatrocentos A fama e o proveito* 1

Luís ANTÓNIO MATA*

Nota Introdutória

Datam de 1212 as primeiras menções documentais à actividade de tabeliães em Santarém². Estávamos então no reinado de D. Afonso II, a quem se devem as genesíacas tentativas de organização da vida político-administrativa estatal. Uma organização na qual a escrita desempenhava papel fundamental pois, como bem afirma Jack Goody, «a escrita não era essencial ao desenvolvimento do estado, mas de um certo tipo de estado, o burocrático»³. Numa iniciativa claramente precoce relativamente ao contexto europeu, procurava-se assim criar

* Mestrando da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

¹ Ensaio realizado no âmbito do Seminário de Aperfeiçoamento de *Paleografia e Diplomática* do Mestrado de História da Idade Média, orientado pela Professora Doutora Maria José Azevedo Santos.

² H. da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed. dir. por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, 1950, VIII, pp. 369-70, assinala-nos a existência de vários tabeliães neste reinado. Nesta data existem ainda referências a tabeliães régios em Santarém, Cañedo e Panóias.

³ Jack Goody, *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, 1987, p. 111.

um corpo de homens com capacidade (intelectual e técnica) suficiente para assumir uma “versão local” do processo de centralização régia.

Profissionais da escrita, uns e outros rapidamente passaram a constituir uma referência importantíssima numa sociedade profundamente analfabeta.

De facto, ao acumular, perpetuar⁴ e justificar o conhecimento e ao alargar o âmbito espacial do poder⁵, a escrita passará a representar um importante “capital cultural” para os seus possuidores, daqui derivando novas e fundamentais assimetrias. Assimetria cultural, desde logo, já que ao permanecer analfabeta, a esmagadora maioria da população fica marginalizada perante a mensagem escrita e dependente da mediação dos seus agentes. Assimetrias políticas também, pois ao tornar-se, ela própria, um poder, a escrita passa a elitizar o recurso e o acesso aos processos de decisão. Assimetrias sociais, finalmente, porque a capacidade de ler e escrever concedeu aos alfabetizados um importante prestígio social, amiúde traduzido no escalonamento hierárquico.

Dada a importância que este oficialato local profissionalizado desempenha na sociedade baixo-medieval parece-nos pertinente que se procure analisar a exacta medida da sua importância socio-económica na mais importante vila medieval portuguesa: Santarém.

Não menos interessante nos parece, por outro lado, descortinar o «poder dos escritos», suporte material de um mundo subjectivo que cada tabelião retrata na execução do que escreve e plasma sobretudo na assinatura autógrafa e no *signum tabellionis*, marca distintiva a quem já autorizadamente chamaram o «rosto de quem o traçou»⁶.

⁴ É de resto a concepção de que “a escrita vence o tempo” que está subjacente no artigo Iº do regimento dos tabeliães datado de 1305, onde se ordena que as notas sejam fixadas em livros de notas e não em folhas avulsas, para evitar que se percam. No mesmo sentido vai o artigo 3º do mesmo regimento, onde se manda que o registo dos documentos se faça num livro de couro, para que perdure no tempo. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs. XIV-XV)*, sep. de *Historia, Instituciones, Documentos*, 23, Sevilla, 1996, p. 174.

⁵ Para a extensão da escrita como nova concepção governativa, veja-se Luís Krus, «Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III», em *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa - Estudos*, Redondo, 1994, pp. 35-57.

⁶ Maria José Azevedo Santos, «A língua e a escrita», em *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV: *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado*

É, pois, nesta dupla vertente (sócio-económica e profissional) que vai consistir este breve ensaio. Verificando o peso local de alguns profissionais, reflectido na importância e omnipresença que atingiram na Santarém do século XV. Procurando sentir também, a partir do seu sinal, a habilitação e personalidade dos que aí exerciam o seu ofício.

As Fontes

O *corpus* documental que apoiará este ensaio constitui apenas uma amostra, ainda que porventura elucidativa, do período e do espaço a que se reporta. Este corpus é constituído essencialmente por três tomos quatrocentistas do Hospital do Espírito Santo e por alguma documentação avulsa neles compilada, que a seguir descrevemos. Outros dados complementares foram pontualmente recolhidos na documentação dos cartórios das corporações religiosas de Santarém a que fomos tendo acesso, ou filtrados nas fontes e estudos até ao presente publicados.

O mais antigo tomo conhecido do Hospital do Espírito Santo data de 1405. Encontra-se no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, com o número 972. Trata-se de um códice em pergaminho, organizado em oito cadernos, com capas de madeira forradas a pele e seis presilhas em couro. Os primeiros dois cadernos contêm o inventário das propriedades urbanas e rústicas do Hospital em 1405, bem como as alfaias religiosas da sua igreja. Os fólios são numerados de 1 a 15.

Aos restantes cadernos foi destinado o traslado de vários contratos enfiteúticos, - muitos deles autenticados com o respectivo sinal de tabelião - e de outra documentação avulsa respeitante ao estabelecimento hospitalar, como o primitivo compromisso, o regimento dado por D. Duarte em 8 de Dezembro de 1417, ou cartas régias como a enviada por D. João I, em 20 de Maio de 1422. Ao que tudo indica, alguns destes cadernos foram retirados de um livro de

notas e apensos aos anteriores aquando da encadernação do tombo, uma vez que o terceiro caderno aparece com nova numeração e a indicação de p^a folha (primeira folha), numeração que se mantém até ao rosto da primeira folha do quarto caderno (vii^a folha), não se encontrando qualquer outra indicação de numeração. Algumas folhas destes cadernos encontram-se em branco.

Para além deste manuscrito, é ainda conhecido um outro, guardado na mesma instituição sob o número 971 e do qual existe uma cópia no *Núcleo Antigo* dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, com o número 274. Trata-se igualmente de um códice em pergaminho, no qual foram reunidos os tombos do Hospital do Espírito Santo de 1454 (2 de Setembro) e de 1500 (29 de Junho), ocupando aquele os primeiros 19 fólios e este os seguintes 26 fólios. Os restantes três fólios que compõem este códice são reservados a acrescentos, feitos respectivamente em 12 de Setembro de 1504, 8 de Fevereiro de 1510 e meados do séc. XVI. O tombo de 1454 foi executado por Femão Rodrigues, tabelião geral da Estremadura, correndo a sua iluminação por conta de Vasco Gil, tabelião de Torres Novas. O tombo de 1500, por sua vez, foi executado por João Dias, escudeiro da casa do rei e notário público.

A documentação avulsa abrange 54 documentos, cuja distribuição cronológica é a seguinte:

- 1298: 1 documento (15 de Maio);
- 1361: 1 documento (29 de Dezembro);
- 1385: 1 documento (20 de Novembro);
- 1392: 1 documento (8 de Março);
- 1386: 1 documento (15 de Maio);
- 1406: 5 documentos (12 de Junho; 7, 14 e 16 de Agosto e 26 de Outubro);
- 1407: 1 documento (29 de Outubro);
- 1408: 1 documento (31 de Outubro);
- 1410: 2 documentos (15 de Setembro e 20 de Dezembro);
- 1413: 1 documento (1 de Março);
- 1414: 1 documento (12 de Dezembro);
- 1415: 8 documentos (9 de Julho e 14 de Outubro -7);
- 1417: 1 documento (8 de Dezembro);

Alguns profissionais da escrita na Santarém de quatrocentos

- 1420: 1 documento (10 de Janeiro);
- 1421: 6 documentos (10 de Março, 2 de Junho, 4 de Outubro, 3 de Novembro e 3 de Dezembro - 2);
- 1422: 9 documentos (20 e 27 de Maio, 11 e 26 de Novembro - 4 -, 27 de Novembro e 7 de Dezembro);
- 1424: 2 documentos (19 de Março e 11 de Abril);
- 1425: 2 documentos (14 de Março e 10 de Setembro);
- 1427: 1 documento (10 de Agosto);
- 1434: 1 documento (9 de Outubro);
- 1437: 1 documento (12 de Julho);
- 1445: 1 documento (19 de Julho);
- 1447: 4 documentos (5, 8 e 12 de Março, 1 de Abril);
- 1448: 1 documento (25 de Abril).

Refira-se, antes de mais, que apenas constitui objecto do nosso estudo a documentação referente ao séc. XV, já porque constitui a esmagadora maioria, já também porque é a esta centúria que se reporta toda a documentação (originais ou trasladados) devidamente validada com os respectivos sinais de tabelião.

A análise da distribuição cronológica da documentação permite verificar que foram especialmente frutuosos em documentação os anos de 1406, 1421, 1422 e 1447. Não deixa de ser interessante verificar que estas datas coincidem com momentos importantes na história da instituição.

O ano de 1406 é imediatamente posterior à elaboração do primeiro tomo do hospital, o que quer dizer que, uma vez inventariado com precisão o rol dos bens da instituição, os seus administradores trataram rapidamente de os fazer render, através da exploração indirecta. Os anos de 1421 e 1422, por sua vez, correspondem a uma profunda remodelação do estabelecimento assistencial durante o reinado de D. João I, sobretudo protagonizada pelos infantes D. Henrique e D. Duarte, cujo peso em Santarém (e nomeadamente na assistência local) era enorme⁷. Finalmente a data de 1447 integra-se já no período de reforma

⁷ De facto, em 8 de Dezembro de 1417, D. Duarte chega mesmo a dar um novo regimento aos hospitais de Santarém e por volta desta altura, talvez em 1414 ou 1424, D. Henrique intervém activamente nas propriedades da instituição.

preparado, à escala nacional, por D. Afonso V, e que culminaria, no caso do estabelecimento escalabitano, na elaboração de um novo tomo, em 1454.

Do universo documental que nos serviu de base verifica-se que 76% dos documentos são originais, ou pelo menos copias coevas, devidamente autenticadas, enquanto 24% são traslados de documentos anteriores. Por outro lado, uma análise do Gráfico I permite verificar que a documentação é sobretudo composta por contratos enfiteúticos realizados entre o Hospital do Espírito Santo de Santarém e diversos particulares, ao longo da Iª metade do século XV. Facto que não admira, sobretudo se pensarmos que a preocupação da instituição era, nesta altura, o da exponenciação económica de um núcleo patrimonial primitivo, herdado já dos séculos XIII e XIV.

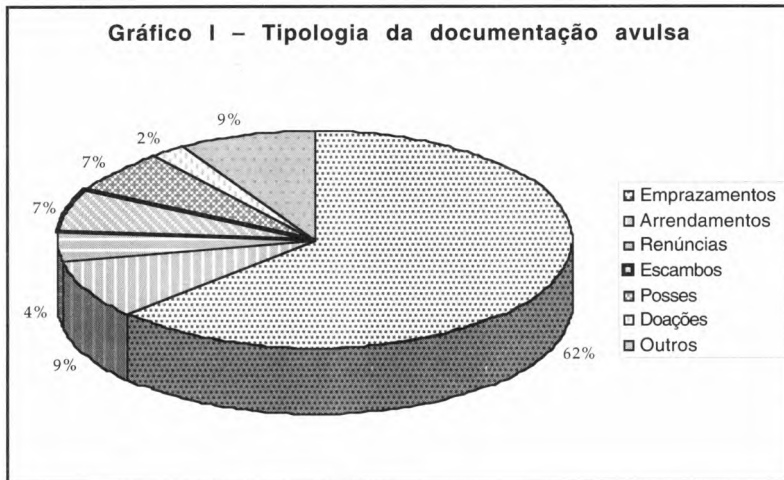
No tocante à categoria diplomática das cartas, avultam os **emprazamentos**, ou seja, «actos pelo qual o proprietário de um bem ou direito concede o seu usufruto a outrem, em uma ou mais vidas, mediante o pagamento de uma renda, acrescidos ou não de foros e serviços»⁸. Este tipo de actos, que no seu conjunto representam 62% do total de documentos, são na globalidade realizados por um período de três vidas, como de resto era bastante comum no séc. XV.

Seguem-se-lhe, a longa distância, os **arrendamentos**, isto é, «actos pelo qual o proprietário de um bem ou direito concede o seu usufruto a outrem, por um período curto de meses ou inferior a 10 anos, mediante o pagamento de uma renda fixa»⁹. Este tipo de contrato representa apenas 9% da documentação, distribuindo-se os respectivos períodos de tempo entre 10 (dois casos), 9 (um caso) e 5 (um caso) anos.

Vêm finalmente os **escambos**, «actos pelo qual uma coisa ou um bem é entregue a uma pessoa, em contrapartida de uma coisa ou de outro bem de valor equivalente » e as **posses**, com apenas 4%.

⁸ Definição sugerida por Maria Helena da Cruz Coelho, Os tabeliães em Portugal (...), *art. cit.*, p. 209.

⁹ *idem, ibidem.*



Foram, pois, negócios jurídicos de âmbito económico e social que maioritariamente foram solicitados aos tabeliães que estudamos. Quase todos se auto-designam por *tabaliam por ell rey* em Santarém. Expressões que denunciam a competência régia, sempre disputada por concelhos e senhores¹⁰, de nomeação destes profissionais e sobretudo a autoridade, que o monarca reservava para si, na permissão do exercício do ofício.

A esfera de actuação dos nossos tabeliães era sobretudo local, facto que não deve ter deixado de suscitar, atendendo à importância do mercado interno, uma forte concorrência. Assim, somente em dois casos se verifica a coexistência de tabeliães gerais do reino e em outra situação a presença de um tabelião de Santarém e seu termo. Exemplos demasiado escassos, porém, sobretudo tradutores de benesses pessoais ou de tendências hegemónicas pontuais e que não ofuscam a representatividade e o poder efectivo deste corpo de oficiais locais.

¹⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, Os tabeliães em Portugal (...), art *cit.*, p. 180, refere o interesse concelhio na nomeação dos seus próprios tabeliães, direito consagrado, para o caso dos tabeliães do judicial, já no séc. XIV. M. C. A. da Cunha, por sua vez, constata também o poder das Ordens de Cristo, Santiago e Hospital na nomeação destes profissionais. Ver da autora *Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média*, sep. *Revista de História*, vol. VII, Porto, 1987, p. 153.

Dos catorze tabeliães que a seguir estudaremos, apenas em três casos não conhecemos o respectivo sinal validatório. Assinale-se ainda a intimidade (e quase “promiscuidade”) destes homens com a administração municipal, *junto de para* a qual trabalham, o que vem confirmar o fundamento das acusações de que muitas vezes eram alvo, nomeadamente o da acumulação de cargos.

O Poder económico e o escalonamento social dos “aristocratas da pena”

No séc. XV Santarém era uma vila profundamente burocratizada. A larga permanência da corte, a vitalidade do seu comércio, o gigantesco peso das comunidades religiosas, a condição social privilegiada de boa parte da sua população e a complexidade dos seus serviços político-administrativos alimentavam a dinâmica dos actos escritos, justificando e exigindo, por sua vez, a presença dos diversos agentes da escrita. Presença desde logo garantida pelo paço dos tabeliães, espaço que sustentava e acolhia a sua acção, sobretudo desde que o Regimento de 1305 passa a impor a sua existência nas localidades com mais de dois tabeliães. Desconhecemos o momento exacto da sua criação, mas coloca-se no séc. XIV¹¹, tal como acontece em outras cidades do país como Coimbra, onde se documenta a partir de 1313^{11 12}.

Tendo em conta as características do meio local, não admira, pois, que entre 1361 e 1454 tenhamos arrolado trinta e cinco tabeliães e vinte e nove escrivães (cf. quadros I, II, V e VI). Número que não deixa de ser significativo, mesmo quando equacionado como amostra recolhida apenas com base no nosso universo documental - e portanto certamente inferior à realidade coeva¹³.

¹¹ Em Santarém o «paço dos tabeliães», localizava-se junto da igreja de S. João de Alpram e junto a ele se realizavam, já no século XIV as reuniões do concelho e as audiências dos magistrados locais. Cf. Maria Angela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, 1980, p. 237.

¹² Cf. Isaiás da Rocha Pereira, *O tabelionado em Portugal*, sep. das *Actas do VII Congresso Internacional de Diplomática*, “*Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV*”, Valencia, 1986,1. e Maria José Azevedo Santos, *Alguns aspectos do tabelionado em Coimbra (séc. XIV-XV)*, sep. de *Arquivo Coimbrão*, 33-34 (1990-1992), p. 15.

¹³ A bibliografia consultada juntou alguns tabeliães aos que retirámos das nossas fontes. A partir dela acrescentamos os nomes como os de João Anes, tabelião d’el rei em Santarém (cf. Isaiás da Rocha Pereira, *O tabelionado em Portugal* (...), art. *cit.*, p. 622) e Mestre Lopo, cujos bens em

Especialmente importante é o facto de, apenas no primeiro quartel do séc. XV, o número de tabeliães cuja actividade conseguimos documentar ascender já a dezasseis, o que não confirma a tendência assinalada para Coimbra, onde parece ter sido apenas no segundo quartel de quatrocentos que se operou o aumento destes profissionais¹⁴.

Elucidativo se nos afigura também a duração do exercício da respectiva actividade. Limitando-nos apenas aos tabeliães ao serviço do Hospital do Espírito Santo de Santarém, verificamos que somente 28,6% exercem a sua profissão por um período inferior a dez anos, enquanto 14,2% permanecem em actividade entre onze e vinte anos e 28,6% continuam no ofício entre vinte e um e trinta anos, percentagem igual à dos tabeliães que resistem no cargo por mais de três décadas (cf. *infra*, quadro III).

Para além de longa, a carreira de alguns dos tabeliães estudados parece ancorada numa vertente prática bastante enraizada. Uma prática adquirida nas oficinas tabeliônicas e transmitida de mestre para discípulo, quando não de pai para filho, constituindo quase um legado dinástico. Esta tendência “dinástica”, traduzida na sucessão familiar do respectivo ofício e também detectada para a região do Algarve¹⁵, tem o seu caso paradigmático no tabelião João Rodrigues, filho de Rodrigo Anes, escrivão do concelho, cuja presença no escatocolo dos documentos, começando por dever-se à filiação, é uma constante durante quase meio século (cf. biografia respectiva *infra*, p. 22).

A perenidade no cargo, porém, não era por si só garante de uma carreira brilhante ou de potenciais requisições, já que não são paralelos os anos de prática com o número de cartas compostas. Ao contrário, os tabeliães mais solicitados (Afonso Domingues e João Gonçalves) têm apenas cerca de uma ou duas décadas

Santarém foram confiscados por ser partidário de D. Beatriz e entregues a Gonçalo Rodrigues de Abreu (cf. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, p. 224); e os de Pero Martins, escrivão do celeiro do rei e residente na Rua de César e Afonso Roiz, escrivão de Ceuta, usufrutuário de um olival dos Lázaros, situado junto das Assacaias (cf. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, p. 92 e 208).

¹⁴ Maria José Azevedo Santos, *Alguns aspectos do tabelionado em Coimbra, art. cit.*, quadro p. 10 e p. 11.

¹⁵ Maria Cristina Almeida e Cunha, *Alguns tabeliães do Algarve (...), art. cit.*, p. 157 refere o exemplo de João Lourenço e de João Lourenço, o Moço, seu filho.

de actividade documentada, o que significa que se a escrita favorecia o prestígio, este era sobretudo reforçado por teias de solidariedades, habilmente tecidas no jogo social.

É frequentemente omitido o local de residência destes oficiais. Muitos residiriam porém na própria urbe e dentro dela se localizavam estrategicamente junto das portas da vila, das artérias mais movimentadas ou das praças mais importantes. Sabemos, por exemplo, que Gonçalo Gonçalves residia na Rua do Açougue Velho; que os imóveis de que eram usufrutuários Álvaro Afonso e Antão Gonçalves ficavam nas imediações da Praça de Marvila e que as casas que trazia Vasco Fernandes se situavam perto do Postigo de Gonçalo Eanes, confrontando com as do tabelião Lourenço Fernandes. Perto, portanto, dos potenciais clientes e dos pontos vitais da vida local (cf. *infra*, quadro I).

Igualmente nublada é a sua proveniência social. Sendo certo que se colocava numa posição intermédia da hierarquia social, o tabelião não perdeu jamais a oportunidade de se guindar na sociedade local, fosse através de laços familiares, de estratégias matrimoniais ou de relações de clientelismo, parentela e vassalagem. Não constitui novidade, pois, que alguns dos nossos tabeliões, casos de Domingos Anes e Vasco do Pó, se intitulavam vassallos do rei, procurando nesta intimidade com a Corte reforçar o poder que a escrita intrinsecamente lhes conferia (cf. biografias respectivas *infra*, p. 17 e 26).

Um poder materializado, desde logo, no substrato económico, que lhes advinha não apenas do exercício do seu cargo, como também da posse de bens, urbanos ou rurais, próprios ou alheios e dos quais dependia a sua economia doméstica. Uma economia gizada com base no casamento, estado civil a que legalmente eram obrigados e que deviam provar possuir para exercer a sua profissão. Com as suas mulheres, os encontramos, pois, a cada passo, emprazando casas na vila, ou em alternativa terras de pão, vinhas e olivais da periferia. As cônjuges, por sua vez, herdavam os réditos e as mercês, amiúde se constituindo como segundas usufrutuárias dos prédios. Alguns tabeliões, como Domingos Anes, Estevão Vicente Barbate e João Rodrigues, acumulavam vários prédios, certamente almejando a sua exploração lucrativa, ou a especulação comercial. Outros, como João Esteves, possuíam capital suficiente para servir

de fiadores de quantias consideráveis e de ilustres personagens¹⁶.

Mas o domínio *dos e sobre os* homens não raro se afigurava igualmente rentável. E esse era-lhes fornecido pelo conhecimento da tessitura social, pela intimidade vicinal e pela cumplicidade moral relativamente aos outorgantes, que serviam durante a vida ou acompanhavam às portas da morte. É significativo, por exemplo, que um dos tabeliães que mais actos lavra no período estudado seja João Esteves, o mesmo tabelião que, anos depois, nos surge a redigir o testamento de João Afonso de Santarém, um dos membros da oligarquia local e fundador do mais importante hospital da vila. É que estando próximos do poder, os tabeliães podem também almejá-lo. Directa ou indirectamente, pressionando ou investindo, procuram governar ou partilhar o governo. E não raro o conseguem, sobretudo nos meandros da administração municipal, onde acumulam cargos ou os alternam com o exercício da sua profissão. Uma vez guindados socialmente procuram, do cimo dos seus privilégios, manietar em proveito próprio as principais contradições e/ou vulnerabilidades da sociedade envolvente, não obstante as contínuas queixas contra a sua conduta escusa e as advertências jurídicas que ciclicamente lhes eram feitas¹⁷.

Noutros casos, a autoridade que atestam estes homens advinha do aumento do âmbito territorial do seu ofício, que o mesmo é dizer, do “exponencial” da sua escala de influência. Daí que, por benesse real, Domingos Anes fosse escrivão público dos hospitais e albergarias de Santarém e que Vasco do Pó exercesse o seu ofício em Santarém e seu termo. Conseguindo assim uma preciosa vantagem relativamente aos seus concorrentes de profissão mais próximos.

Desconhecemos se algum dos citados tabeliães possuía a coadjuvá-lo um (ou mais) escrivão (ães). Alguns certamente se socorriam destes acessórios na redacção do acto, mas não possuímos provas cabais de uma relação directa e inequívoca.

¹⁶ De facto, em 9 de Julho de 1415 este tabelião fica por fiador de João Garcia, vassalo do rei, pelo qual tinha de responder sob a quantia de 15 mil libras.

¹⁷ Lembre-se, por exemplo, que em 17 de Julho de 1411, é proferida uma sentença contra os tabeliães da vila, pela qual foi julgado que eles não deviam receber o jantar que lhe mandavam do mordomado. ANTT, *Gavetas da Torre do Tombo*, 12, Maço 7, doc. 11.

O quantitativo de escrivães é bastante representativo nesta altura e a amplitude e especialização que tais profissionais denotam atestam bem o seu papel cultural na sociedade escalabitana de quatrocentos. Tal como os tabeliães, também os escrivães são possuidores de um notável fôlego económico e assumem, dentro da orgânica municipal, uma relevância invejável. As incumbências profissionais nas casas da almotaçaria e da sisa, dotá-los-ia certamente de uma (sempre cómoda e prática) familiaridade com os meandros das operações financeiras e comerciais da urbe, pelo que mais facilmente se aproveitavam das conjunturas locais. A proximidade dos homens-bons do concelho na casa do cível e na câmara, por sua vez, facilitariam a sua ascensão social. É entendível, neste contexto, a quantidade de bens que possuem. Tal como aqui entronca a promoção profissional de indivíduos como Luís Afonso, que era escrivão da câmara em 1392, mas que em breve será designado para mordomo e procurador do Hospital do Espírito Santo, cargo que assume a partir de Fevereiro de 1425. E também não espanta que alguns, certamente os mais dotados, como Gonçalo de Zurara e Gonçalo Leitão, enfileirem nos escalões mais baixos da nobreza, surgindo-mos já como escudeiros.

Os tabeliães e o seu perfil profissional. O “Signum Tabellionis” como marca do pulso e espelho da alma

Instituído legalmente por D. Dinis, o sinal de tabelião passou a constituir o elemento de validação dos documentos por excelência. Desde então o seu traçado metamorfoseou-se em distintivo, qual “bilhete de identidade” do tabelião, pois, tal como este, era pessoal e intransmissível. Mas não apenas! Na medida em que passou a revelar a habilidade manual, a experiência e o saber oficial do notário, a sua forma e o seu traçado como que atestava a *marca do pulso* do seu autor. Por outro lado a sua complexidade ou elementaridade reflectia a sensibilidade estética e até os recursos mentais do profissional, pelo que era como que um *espelho da alma* do seu detentor.

São escassos e parcelares os estudos que entre nós se têm dedicado a esta

temática¹⁸. Facto que agiganta a tarefa de analisar as características dos sinais dos nossos tabeliães e mais ainda a de estabelecer paralelos espaciais ou temporais com outros casos. Ainda assim, tentaremos esboçar, em traços largos, o que detectamos para os exemplos em estudo.

Uma observação geral dos onze sinais de tabelião que recolhemos permite-nos constatar certas práticas interiorizadas, certamente transmitidas entre o grupo e baseadas em modelos geométricos repetidos mecanicamente. Esta constatação afigura-se tanto mais pertinente quanto, com raras exceções (leia-se adaptações), os referidos sinais parecem obedecer a uma grelha uniforme, basicamente constituída por dois quadrados, um disposto horizontalmente e o outro torcido perpendicularmente, formando o último, com este movimento, uma cruz. Com finalidades de embelezamento estético, o quadrado horizontal é decorado nos ângulos, geralmente com semicírculos, ou, menos frequentemente, com elementos flordelizados. O centro geométrico do quadrado é reservado ao distintivo principal, pelo que neste espaço é colocada a rubrica, o nome ou o símbolo identificador do respectivo tabelião.

Para maior facilidade de análise dividi-los-emos em três grupos principais:

- Os *geométricos*, baseados em figuras simples, normalmente conjugadas em simetria e de forma mais ou menos estática;
- Os *ondulados* ou *circulares*, construídos com base em linhas contínuas bastante movimentadas;
- Os *ideográficos*, marcando o cunho da individualidade do seu detentor com a inscrição da inicial, ou do nome por extenso.

Em qualquer um destes três grupos há, porém, um elemento que tende a repetir-se, de forma deliberada. Referimo-nos à cruz de origem romana, que é umas vezes assumida explicitamente e, outras vezes, meramente insinuada por estilização. Este elemento, do qual encontramos paralelos nos tabeliães portugueses de Coimbra e do Algarve, mas cujo recurso ultrapassa as fronteiras do país, constituiu, como já foi notado por Luiza d'Arienzo, a primeira forma

¹⁸ Uma notável exceção, dentro dos autores portugueses, é-nos dada pelo estudo inovador de José Leite de Vasconcelos, «Sinais Medievais de Tabelião», em *O Archeologo Português*, vol. XXIV, Lisboa, 1920, p. 13-23.

de identificação notarial, evoluindo no sentido da sua progressiva elaboração, a partir do séc. XI. Continuou, no entanto, o elemento essencial da *fé pública* de que os tabeliães eram possuidores e da expressão da autoridade jurídica da qual eram investidos¹⁹.

Frequentemente esta cruz é acompanhada ou substituída por uma estrela, colocada como cercadura do sinal. O que tem a sua lógica. Tal como as estrelas do céu, os tabeliães assumiam-se como ponto de referência e de segurança, dando aos actos escritos uma redobrada firmeza. Além disso, que melhor símbolo do que a estrela luminosa para identificar um referencial cultural numa sociedade onde, como também observa António Hespanha, «o lustre das letras ofuscava a rudeza dos iletrados; o mundo político tradicional era continuamente denunciado como um “mundo dos rústicos” (...) ao qual se dava uma guerra sem tréguas no plano simbólico»²⁰?

Nota Final

O estudo do tabelionato em Santarém, sobretudo nos finais da Idade Média, período em que este grupo profissional chegou a ter na vila um paço próprio, exigiria um esforço de investigação que ultrapassaria em larga medida o objectivo do presente estudo. Conscientes deste facto, procurámos pois respigar alguns subsídios para a temática do tabelionato escalabitano a partir dos elementos fornecidos pela documentação que nos serviu de base à dissertação de mestrado que nos encontramos a preparar.

Aos efectivos iniciais de duzentos, constituídos maioritariamente por tabeliães públicos, a dinâmica e importância da mensagem escrita fez juntar-se,

¹⁹ Luisa d'Arienzo, *Il signum tabellionis e la sottoscrizione notariale degli scrivani di cancelleria di Pietro IV d' Aragona*, sep. da *Studi Sardi*, vol. XXIV, Ano 1975-77, Gallizzi-Sassari, 1978, pp. 305-306. Segundo esta autora o sinal da cruz, que originalmente usaram todos os tabeliães como símbolo da autoridade jurídica, chegou a ser o emblema da Catalunha. O valor jurídico da cruz, de resto, permaneceu até aos nossos dias, sendo ainda frequentemente utilizado, para validação dos documentos, pelas pessoas analfabetas.

²⁰ Antonio Manuel Hespanha, «Centro e Periferia nas estruturas do antigo regime», em *Ler Historia*, n.º 8 (1986), p. 60.

já nos séculos XIV e XV, os escrivães, coadjutores dos primeiros na redacção do conteúdo, mas relegados para plano secundário em virtude da impossibilidade (pelo menos aparente) de validação dos actos escritos. Na mais importante vila da Idade Média, tal como no resto do país, estes profissionais da escrita frequentemente juntaram o “ter” ao “poder”, isto é, a capacidade económica ao prestígio e influência.

Como vimos, o peso económico dos nossos tabeliães está bem patente nos prédios que possuem na cidade ou no termo. É significativo, por exemplo, o aproveitamento económico que revelam estes profissionais enquanto exercem a sua profissão ao serviço do Hospital do Espírito Santo: dos 14 tabeliães que trazem prédios desta instituição, cinco deles estavam ao seu serviço.

Quanto ao poder destes tabeliães, ele crescerá paralelamente ao aumento da importância da escrita, pois, como bem afirma Maria Helena C. Coelho, «escrever era usar um poder»²¹. Como a partir do século XIV o registo gráfico passa a ser indispensável, o poder que a escrita conferia procura controlar-se através de leis, códigos, proibições, obrigatoriedades. Um mundo normativo que não beliscava, porém, o peso estrutural destes profissionais.

Este poder materializava-se, desde logo, em técnica e força, que os tabeliães e escrivães possuíam agora, tal como o haviam possuído, entre os séculos IX-XII os “clérigos notários” ou *scriptores*. Por isso não raras vezes servem como instrumentos do poder municipal e das classes dominantes que o controlam. Classes às quais procuram ligar-se por laços de clientelagem ou de casamento.

Pela documentação disponível, concluiu-se que os nossos tabeliães usavam o “seu” poder durante bastante tempo, denotando, regra geral, longas carreiras. Esta longevidade dava-lhes experiência e permitia-lhes uma paulatina inserção no meio local, onde muitas vezes acumulam cargos. O poder que dominam é pois, igualmente, um poder que facilmente corrompe, que relativiza a inaptidão profissional e que justifica a especulação e a ilegalidade de que tantas vezes eram acusados.

²¹ Maria Helena da Cruz Coelho, *Os tabeliães em Portugal (...), ob. cit.*, p. 187.

Embora tenhamos raros elementos a este nível, podemos inferir que os tabeliães que estudámos não deviam possuir um elevado grau de cultura. Os seus sinais são bastante uniformes e de escasso valor visual. Muitos deles denotam mesmo falta de habilidade gráfica, obedecendo a gestos estereotipados e já viciados. Os próprios recursos estéticos apresentam grandes limitações, não só de formas, como de combinações entre elas.

Uma inferência que nem sequer constitui exceção ao quadro geral da maioria dos tabeliães coevos, que «embora tenham capacidade para o exercício do seu mester, não possuem, porém, talento e cultura para se tornarem calígrafos e bons desenhadores»²².

²² Cf. Maria José A. Santos, *Alguns aspectos do tabelionado (...), ob. cit.*, p. 20.

APÊNDICES

* NOTA PRÉVIA:

Após este estudo preambular, apresentamos num primeiro apêndice uma análise individual dos nossos tabeliães. Esta análise, esclareça-se desde já, é baseada apenas no *signum tabellionis*, não só porque ele é o elemento mais importante da *confirmatio*, como também porque constitui o único elemento realmente seguro para um estudo deste tipo, uma vez que devia ser necessariamente autógrafo e autêntico²³.

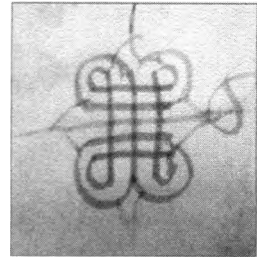
A um segundo apêndice dedicamos o arrolamento dos vários homens de escrita que encontramos, filtrados nas fontes descritas e bibliografia consultada, assim como os bens que possuíam e o cargo que desempenhavam.

²³Cf. Luisa d'Arienzo, *Il signum tabellionis (...)*, *ob. cit.*, p. 307.

APÊNDICE I

AFONSO DOMINGUES

Documentado como tabelião do rei desde inícios do século e referido na qualidade de escrivão público dos hospitais e albergarias a partir da segunda década de quatrocentos, os seus conhecimentos foram particularmente solicitados, sendo o profissional que mais cartas subscreveu: 16.



A primeira referência à sua actividade data de 26 de Outubro de 1406 e mantém-se assídua até 7 de Dezembro de 1422, pelo que a duração da sua carreira abrange dezasseis anos (cf. apêndice II, quadro III).

Particularmente interessante é a sua proximidade com a vereação, em cuja câmara, situada na torre da Porta de Manços, redige frequentemente os actos e ainda com os funcionários da assistência local, nomeadamente o juiz das albergarias e hospitais, em cuja casa chega a lavrar um documento. Certamente por esse facto revela um património considerável, no qual se inclui, por exemplo, a Quinta de Santa Catarina de Mourol, actual Quinta da Saúde, que em 1422 doou a uns Terceiros casados, moradores na Ribeira²⁴.

O sinal de Afonso Domingues é estilizado. Três traços verticais e quatro horizontais formam um centro reticular. Os pontos de intercessão são unidos entre si por semicírculos, com uma função modestamente estética. Uma estrela serve de cercadura ao conjunto.

Como seria de esperar, os traços são desenhados da esquerda para a direita e de cima para baixo e obedecem a uma progressiva dificuldade de execução, desde os movimentos mais elementares até aos mais elaborados. Num primeiro momento desenharam-se os traços verticais, aos quais se sobreposaram os horizontais. Seguidamente uniram-se os extremos. Finalmente desenhou-se a estrela exterior, cujos ângulos Nascente e Poente foram, por sua vez, unidos através de um grande traço horizontal, que intercepta o traço perpendicular do meio, formando assim a cruz característica dos tabeliães.

O sinal deste tabelião traduz um pulso experiente, mas pouco dotado tecnicamente. Os movimentos feitos à direita, próprios do acto de escrever, parecem melhor conseguidos dos que os feitos à esquerda, mais grosseiros e hesitantes. Não é no entanto de excluir a hipótese desta elementaridade estar relacionada com a fase final da carreira do tabelião,

²⁴ Cf. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, p. 186.

período no qual, como já foi notado noutros estudos, alguns profissionais tendiam a optar pela simplicidade²⁵.

ÁLVARO AFONSO

Surge-nos, como tabelião d'el rei em Santarém, lavrando quatro documentos datados de 1406. Sabemos que a sua actividade se estende pelo menos durante dezasseis anos, uma vez que em 25 de Maio de 1422 ainda nos aparece junto da vereação de Santarém (cf. apêndice II, quadro III). De resto, a sua proximidade com a administração local é demonstrada pela data tópica dos documentos, quase todos lavrados na própria câmara.

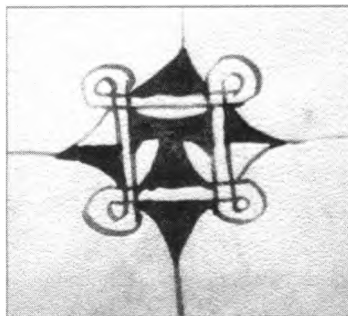
Embora desconheçamos onde vivia, é provável que residisse perto no adro de Marvila, uma vez que nos inícios do século XV era usufrutuário de uma casa do Hospital do Espírito Santo, aqui situada, e da qual pagava uma renda anual de cinco libras da moeda antiga. Para além disso acumulava também propriedades no termo, como uma herdade com onze astins localizada na Ponte das Tábuas, que D. João I lhe empraça em 13 de Abril de 1443 pelo foro de um moio e seis alqueires de pão meado de sessenta e quatro alqueires o moio, levados ao celeiro.

Nenhum dos documentos apresenta o sinal validatório deste tabelião, o que coloca grandes limitações ao conhecimento da sua habilidade²⁶.

ANTÃO GONÇALVES CORREIA

Resume-se a um único documento e a nove anos o período de actividade documentada de Antão Gonçalves, também chamado Antão Gonçalves Correia (cf. apêndice II, quadro III).

A importância deste tabelião parece porém bem maior do que a sua escassa produção documental faz antever.



²⁵ Cf. Luisa d'Arienzo, *Il signum tabellionis (...)*, *ob. cit.*, p. 309, citando Oriol Valls Subirà, dá o exemplo de Domenico de Biscarra e de Michele de Aliaga, a quem o rei permitiu, devido ao avanço da idade, simplificar o sinal. M.C.A. e Cunha, *Tabelliões bracarenses no século XIII*, sep. de *Actas do Congresso Internacional sobre o "IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga"*, Braga, 1990 p. 254, refere também os casos de Estevão Peres e de Domingos Gerales, onde encontrou uma tendência evolutiva semelhante.

²⁶ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, foi. 46 e Livro 11 da Estremadura, foi. 88v.

De facto, é provável que se trate do Antão Gonçalves de Moura, que na mesma altura era escudeiro criado em casa do infante D. Henrique e que por sua ordem promove o primeiro resgate de cativos²⁷. A ser assim, Antão Gonçalves possuía um prestígio ímpar e tinha uma fortuna pessoal considerável: além de casas em Santarém, situadas junto da igreja de Marvila, que trazia emprazadas por 300 reais brancos e dois frangos e onde provavelmente morava (cf. apêndice II, quadro I), este tabelião possuía ainda um olival no Rego de Manços e em 1459 aforou um outro ao Convento de S. Francisco.

Mais ainda do que o de Afonso Domingues, o sinal de Antão Gonçalves Correia manifesta a obediência à lógica pré-estabelecida. Ao centro um quadro, constituído por um duplo traço, e cujos ângulos são ligados entre si e abelezados por semicírculos. Interiormente a inicial do tabelião, pintada a cheio. Exteriormente, em cercadura, uma estrela, cujas pontas são também pintadas a cheio ou semi-pintadas, surgindo a metade a cheio de forma alternada.

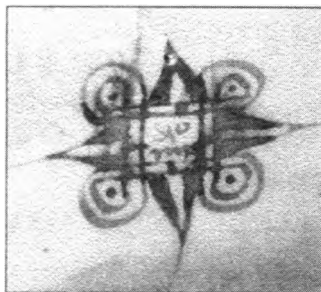
O punho desenhador revela já alguma habilidade, uma vez que as linhas são normalmente firmes e uniformes. A sequência da execução é a mesma descrita para o sinal de Afonso Domingues.

Este sinal integra-se no que chamámos sinais ideográficos. De facto, denota-se aqui uma certa preocupação com o cunho da individualidade, marcada pelo grande T, que ocupa um espaço estratégico e cujo impacto visual é sublinhado pelo preenchimento, a cheio, da totalidade da letra. Sintoma de uma personalidade em ascensão e que pretendia ostentar exteriormente o seu escalonamento social.

DIOGO MARTINS

Tal como o oficial anterior, também Diogo Martins apenas nos surge lavrando um documento isolado. Assume-se como escrivão público da câmara, título que, juntamente com o facto de redigir o documento na torre da vereação, faz pressupor, também aqui, uma intimidade forte com a oligarquia local (cf. apêndice II, quadro III).

O seu sinal não difere, em essência, dos anteriormente descritos. Um quadro central é ornamentado nos ângulos com semicírculos e



²⁷ Cf. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, p. 164 e nota 43, p. 185.

cercado por uma estrela. Ao centro do quadro o nome, abreviado, do detentor do título marcando o cunho de individualidade.

Como elementos distintores, também merecem referência a ornamentação das pontas da estrela com dois triângulos em cunha, pintados a cheio e os pontos inscritos nos semicírculos, formando diagonais perfeitas no sentido NE-SO e SE-NO, que aparecem aqui, pela primeira vez, como novos pontos cardeais.

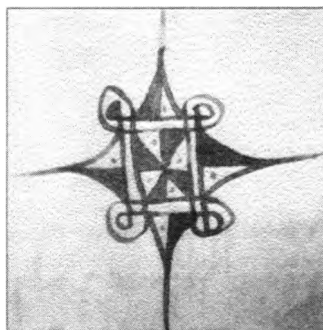
DOMINGOS ANES

Este profissional apenas uma vez é solicitado para lavrar documentos, embora nos apareça referenciado durante dois anos. Intitula-se vassalo do rei, o que decerto traduz uma ascensão a um certo grau de nobreza.

Desconhecemos a sua concreta posição social, bem como as verdadeiras razões da sua vassalagem com o rei. O certo é que esta protecção régia lhe aumentou o poder profissional e a importância económica. Em 1445 era escrivão público de todos os hospitais e albergarias de Santarém e pela mesma altura acumulava vários prédios na vila, sendo usufrutuário de dois conchousos e uma herdade pertencentes ao Hospital do Espírito Santo, pelos quais pagava respectivamente 50 reais e 2 quartos de pão meado (cf. apêndice II, quadro I).

O sinal de Domingos Anes é de um geometrismo perfeito. A simetria impera. Nos traços, nas linhas, nos pontos. O quadro central, como os anteriores, é ornamentado por semicírculos. O desenho foi realizado a partir de uma cruz cortada na diagonal, obtendo-se assim oito partes, formando outros tantos triângulos. Estes são posteriormente preenchidos, de forma alternada, a cheio ou com um simples ponto. Na cercadura, a estrela é dividida em dois triângulos, que obedecem à mesma lógica de claro-escuro. Ao contrário do motivo central, onde os escuros e os claros são simétricos, a lógica de claro-escuro é aplicada na cercadura “em negativo”, ou seja, a cada área negra faz-se corresponder uma branca.

O motivo assim conseguido apresenta uma certa sensibilidade estética, visível também no traçado da estrela exterior, onde os traços são menos rígidos, mais rebuscados, reflectindo um tabelião mais dotado, com um pulso mais hábil e uma alma mais solta.



ESTEVÃO VICENTE BARBATE

Embora elabore apenas uma carta, datada de 1407, Estevão Vicente é um dos tabeliães mais solicitados pelo Hospital do Espírito Santo, onde aparece frequentemente a autorizar actos com o seu testemunho (cf. apêndice II, quadro III). A sua presença ao serviço do hospital dura oito anos, mas a sua carreira é bastante mais longa, como o atesta o facto de escrever, em 18 de Janeiro de 1332, o título dos ornamentos da Alcáçova²⁸.

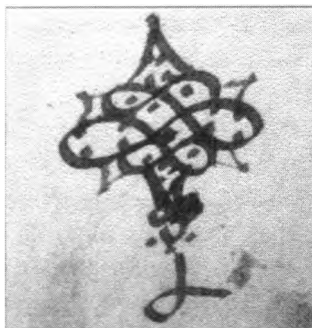
O penhor de segurança procurado com a sua presença revela que este homem possuía uma autoridade e prestígio acumulados por uma longa carreira. Não admira, pois, que cerca de 1415 traga emprazados dois olivais do Hospital do Espírito Santo, situados na quinta de Afonso Anes de Arraiolos (cf. apêndice II, quadro I).

Desconhecemos o sinal deste tabelião.

FILIPE AFONSO

Constitui um caso paradigmático de ascensão social por mérito profissional. Encontramo-lo apenas por uma vez na documentação, em 1424, ainda na qualidade de tabelião d'el rei em Santarém (cf. apêndice II, quadro III). Os seus dotes tê-lo-iam, porém, feito singrar na carreira e em 1454 vemo-lo já como escrivão da chancelaria, trazendo emprazada uma casa do Hospital do Espírito Santo situada na Rua dos Mercadores, da qual pagava uma renda de 150 reais brancos (cf. apêndice II, quadro II). Quer isto dizer que a sua carreira se estende durante, pelo menos, trinta anos.

O sinal de Filipe Afonso rompe com a grelha habitual de geometrismo estático. Pressente-se aqui a preocupação com o dinamismo, conseguido por traços ondulados com a forma de 8, feitos do exterior para o centro, da direita para a esquerda e de cima para baixo. O traço é firme e uniforme, feito a um tempo e sem hesitações. Em cercadura uma estrela mais rebuscada e bastante mais elegante. Polvilhando o sinal uma sequência de pontos, distribuídos de forma premeditada. Como remate da cauda, uma inicial em S, certamente representando a palavra *sinal*.

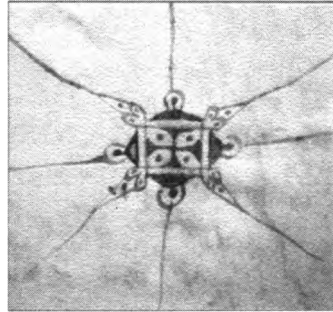


²⁸ Idem, *ibidem*, p. 271.

Este sinal é revelador de uma habilidade e capacidade acima da média, visível em pequenos pormenores como, por exemplo, no movimento do pulso feito na execução da ponta NE da estrela.

JOÃO ESTEVES

Surge-nos na qualidade de tabelião, pela primeira vez, em 1415. Nesta altura, porém, devia fazer parte do círculo de oficiais próximos e ao serviço da vereação, uma vez que nos surge, ainda nesse ano, como testemunha de vários actos, juntamente com outros tabeliães consagrados como Estevão Vicente e Pedro Anes. A última referência que dele possuímos na documentação do hospital é de 1425, pelo que se manteve ao serviço desta instituição durante, pelo menos, dez anos (cf. apêndice II, quadro III). Sabemos, porém, que permaneceu em actividade até bastante mais tarde, pois em 16 de Outubro de 1437 ainda subscrevia contratos enfiteúticos ao serviço do Convento da Trindade²⁹.



O seu sinal denota uma notória semelhança com outros sinais coevos. Também neste caso são explorados até à exaustão os jogos geométricos, que parecem sobremaneira familiares a este homem.

De facto, o tabelião faz corresponder o motivo inscrito no quadro às linhas de força desta figura geométrica: o centro do sinal é uma cruz de quatro braços espalmados, semelhante à utilizada pela Ordem de Cristo e feita pelo aproveitamento da intersecção dos traços horizontal e perpendicular. Os pontos que a ladeiam inscrevem-se em linhas oblíquas.

Ainda assim, denota-se uma certa criatividade face ao modelo instituído, uma vez que os tradicionais semicírculos ornamentais surgem substituídos por motivos florais e a cercadura em estrela é aqui rematada por fechos de cadeado.

Como em casos anteriores, as linhas de orientação estendem-se para fora do sinal, formando como que uma rosa-dos-ventos.

²⁹ ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém*, M. 8, doc. 30.

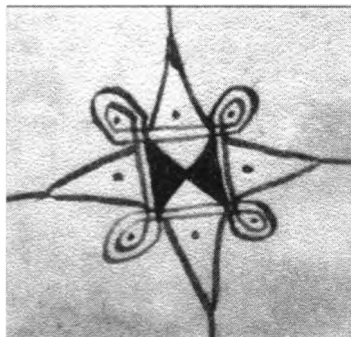
JOÃO GONÇALVES

Era um oficial particularmente bem colocado na sociedade escalabitana de quatrocentos, período no qual denota urna procura assinalável. Durante os anos que o encontramos ao serviço do Hospital do Espírito Santo, redige nove documentos, surgindo ainda referenciado em outros quatro.

O nosso tabelião ostenta uma intimidade assinalável com as instâncias centrais, em relação às quais deveria procurar ou alimentar relações de clientelagem ou vassalagem. Escrivão da puridade do rei D. Fernando, encontramos-lo igualmente próximo do poder central durante o reinado de D. João I nomeadamente do juiz-de-fora Lopo Dias de Espinho, a mandado de quem traslada vários actos.

O seu poder e influência, bem como os argumentos profissionais que certamente possuiria, não podem ter deixado de reflectir-se a nível local, como o prova o facto de em 1426 o encontrarmos a redigir o testamento de João Afonso, próximo ao qual deveria viver, uma vez que sabemos que detinha casas na freguesia de S. Nicolau³⁰. Em 5 de Julho de 1428 ainda se encontrava ao serviço do convento da Santíssima Trindade de Santarém³¹.

Ao sinal de João Gonçalves se aplicam muitas ideias anteriormente esboçadas, utilizadas neste caso com pouca variação. Também este sinal é fundamentalmente geométrico, construído a partir de linhas horizontais, verticais e oblíquas. O quadro central foi dividido por dois traços diagonais. O objectivo era a obtenção de quatro triângulos simétricos, que o tabelião fez corresponder dois a dois, pela utilização do negro e do branco. Oito pontos foram inseridos nas linhas de força, quatro deles inscritos perpendicular e horizontalmente nas pontas da estrela que cerca o quadro e os restantes obliquamente, nos semicírculos ornamentais.



³⁰ Idem, *ibidem*, p. 198.

³¹ ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém*, M. 8, doc. 10.

JOÃO RODRIGUES

Parece certo que a vocação deste tabelião continuou a tradição paterna, por quem correu a responsabilidade de o iniciar no mundo das letras e o introduzir na vila pública local.

De facto, João Rodrigues começa por surgir na documentação enquanto filho de Rodrigo Anes, escrivão do concelho. Estávamos então no ano de 1406 e a presença do nosso homem anunciava já o começo de uma carreira promissora. E de facto, assim seria: em 1415 já João Rodrigues era tabelião, profissão no qual o encontramos até 1454. Durante os vinte e dois anos que dele temos referência, apenas uma vez este homem é chamado a lavrar documentos do hospital. A sua presença é porém frequente entre as testemunhas convocadas na redacção de documentos, o que é sintomático do seu papel.

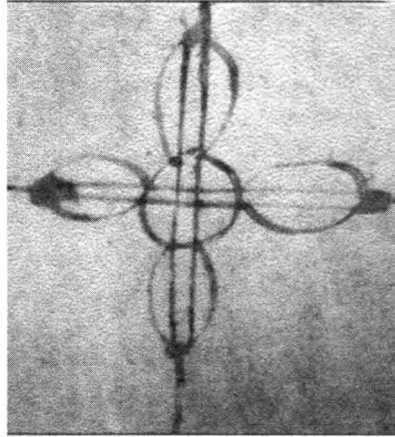
O seu suporte económico ancorava-se no usufruto de vários bens na periferia, nomeadamente em Vaiada, onde trazia, cerca de meados de quatrocentos, vinhas e uma terra de pão pertencentes ao Hospital do Espírito Santo (cf. apêndice II, quadro I).

O seu sinal é simples mas de execução interessante, até por constituir uma certa cambiante relativamente aos sinais anteriormente descritos. Tal como no caso de Filipe Afonso, a preferência recai nas linhas dinâmicas, aqui corporizadas nos círculos e formas ovais.

O tabelião começa por traçar duas linhas duplas perpendiculares em cruz, a partir de cujo centro desenha uma circunferência e à volta da qual são distribuídas quatro figuras ovais, dispostas até à extremidade dos braços da cruz.

O conjunto assim conseguido assume um motivo floral, semelhante a um malmequer ou a um trevo.

Tecnicamente este tabelião denota algumas limitações. A habilidade manual é escassa, apresentando insuficiências sobretudo visíveis na execução das formas ovais, feitas a dois tempos e de forma hesitante.



PEDRO ÁLVARES

Embora lavre apenas dois documentos do hospital, Pedro Álvares é urna figura assídua da actividade tabeliônica deste periodo, onde surge frequentemente enquanto testemunha. Permanece activo durante pelo menos 39 anos, o que diz bem da longevidade da sua carreira.

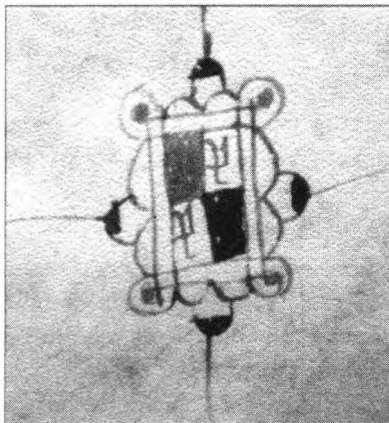
A primeira referência que dele possuímos data de 1415, embora apenas em 1424 este oficial seja chamado a redigir um documento. A data tópica de um dos documentos que redige mostra que o paço dos tabeliães era nesta altura bastante procurado, assumindo-se como um dos lugares adequados à actividade dos nossos homens. Em 10 de Julho de 1436 ainda se encontrava ao serviço do convento da Santíssima Trindade de Santarém³².

Dele sabemos ainda que cerca de meados do séc. XV usufruía gratuitamente uma casa do Hospital do Espírito Santo, situada na Praça de S. Nicolau, onde talvez residisse. O facto de estar isento de renda pode traduzir um privilégio resultante da sua proximidade com esta instituição, mas não possuímos elementos concretos que permitam abalizar esta afirmação.

O sinal de Pedro Álvares insere-se no grupo dos sinais ideográficos. De facto, também aqui se denota a preocupação com o cunho da individualidade, marcado pela inicial do nome do tabelião, inscrita no quadro central.

O tema básico do sinal é a omnipresente cruz, embora apenas sugerida, de forma inteligente, no quadro central. Este apresenta-se dividido em quatro partes simétricas, alternadas duas a duas, segundo um jogo de claro-escuro: quadrado negro - inicial; inicial - quadrado negro. O efeito conseguido assemelha-se quase a um brasão heráldico, o que pode sugerir a publicitação de uma condição social que se adquiriu recentemente ou à qual se aspira.

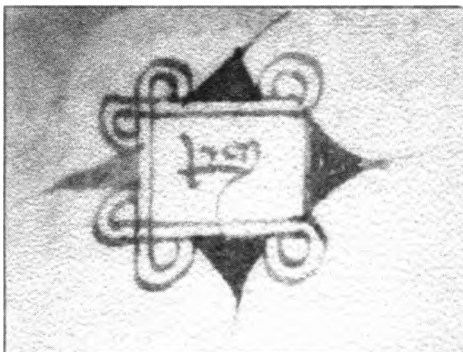
Aos habituais semicírculos que ligam os ângulos do quadro acrescentaram-se ainda outros motivos ornamentais, bastante simples, mas que reforçam visualmente o sinal. Esta preocupação estética é ainda visível na estrela exterior, que rompe com as formas tradicionais, assumindo um dinamismo raro pela adopção dos círculos pintados nos topos.



³² Idem, *ibidem*, M. 8, doc. 26

RODRIGO ANES

Pai de João Rodrigues, este oficial acumula vários cargos na administração local, onde parece estar particularmente bem integrado. Logo em 1386 encontramos-o como escrivão da câmara de Santarém e em 1406 vemos-o também desempenhando funções similares no Hospital do Espírito



Santo, cuja administração estava, já então, entregue aos homens-bons do concelho.

A sua presença na vereação e neste estabelecimento de assistência hospitalar serão uma constante durante pelo menos 41 anos, o que traduz o seu prestígio e o seu poder. A sua importância é suficiente para, como vimos, preparar a sucessão do filho, em breve também inserido na teia do poder local e para possuir criados como Afonso Anes, que em 1422 herda o contrato eufitético que o primeiro trazia de uma casa do Hospital do Espírito Santo, sita junto à gafaria³³. Um poder ancorado na diversificação de investimentos imobiliários como vinhas e terras, que possuía na periferia³⁴.

Adivinhando-se pela documentação, o papel de Rodrigo Anes é abalizado por alguns elementos complementares que recolhemos do seu quadro prosopográfico. De facto, o nosso homem foi tutor de João Vasques, amo do rei e seu vassalo, sendo neste papel que é referido no testamento de João Vasques, feito em 28 de Abril de 1406. Talvez por esta razão, D. João I doa-lhe, em 13 de Março de 1422, os bens confiscados a Lopo Rodrigues Patarinho³⁵.

O sinal de Rodrigo Anes segue a grelha anteriormente descrita. Tal como o anterior, insere o seu nome, neste caso em latim (Rodericus), abreviado, que ocupa todo o espaço do quadro central. As formas são porém, neste caso, bastante mais simplificadas.

Os elementos distintores residem aqui, pensamos, unicamente no nome do detentor e na assimetria dos semicírculos, omitidos na parte direita do sinal, que não segue a correspondência dos restantes lados do quadro.

³³ ASCMS, Códice n° 972, fl. 4v.

³⁴ As vinhas pertenciam ao Espírito Santo e as terras ao Convento da Trindade. ASCMS, Códice n° 972, fl. 7.

³⁵ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 2.

VASCO LOURENÇO

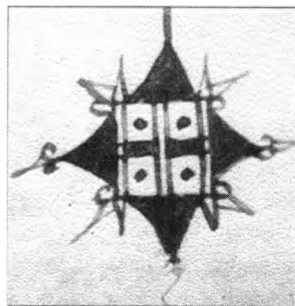
Embora apenas documentado para o ano de 1427, Vasco Lourenço parece ter uma posição privilegiada dentro da sociedade escalabitana. Uma posição possivelmente adquirida por urna hábil estratégia matrimonial, sobretudo se pensarmos que se trata do genro de Afonso Anes de Arraiolos, vereador e proprietário fundiário de Santarém, junto ao qual aparece em 7 de Fevereiro de 1425³⁶.

Infelizmente não possuímos o seu sinal, pelo que nos é impossível averiguar os seus dotes profissionais.

VASCO DO PÓ

Se bem que subscreva três documentos em apenas um ano, Vasco do Pó demonstra já uma certa capacidade profissional. Talvez por isso, este tabelião apresenta uma proximidade com o rei, de quem assume ser vassalo. Esta protecção régia permite-lhe, de resto, o alargamento territorial da actividade a Santarém e seu termo.

O sinal de Vasco do Pó assemelha-se, em essência, a outros anteriormente descritos, especialmente os de João Esteves e de Domingos Anes. A cruz validatória reassume aqui um papel explícito, ocupando todo o espaço interior do quadro central. A variação individualizadora procura-se no preenchimento a negro dos braços horizontais, por oposição aos verticais, que são deliberadamente mantidos em branco. Quatro pontos inscrevem-se em linhas diagonais. Fechando os ângulos do quadro, reaparecem os elementos vegetalistas, semelhantes a flores de lis, bastante frequentes na arte gótica, embora aqui desenhadas de forma estilizada. Estes elementos são igualmente aplicados nas pontas horizontais da estrela que cerca o quadro. Um remate de cauda em S fecha a base do sinal.



³⁶ ASCMS, Códice n° 972, fl. 42v-43.

APENDICE II

QUADRO I TABELIÃES DETENTORES DE PRÉDIOS DO HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO NO SÉC. XV

Data	Nome	Prédio	Localização	Renda paga
1405	Álvaro Afonso	casa	junto ao adro de Marvila, fr. Marvila	5 libras moeda antiga
1454	Antão Gonçalves Correia	casa	igreja de Marvila	300 reais brancos + 2 frangos
1454	Domingos Anes	conchouso conchouso herdade	? ? ?	50 reais* 50 reais** 2 quarteiros pão meado
c. 1415	Estevão Vicente Barbate	olival olival	Quinta Afonso Anes Arraiolos idem	?
1500	Filipe Martins	olival	Sacapeido	7 alqueires de azeite + 1 galinha ou 17 alqueires à safra (3 pessoas)
>1405 <1454	Gonçalo Anes	conchouso	igreja do Hospital do Espírito Santo-o- Velho	50 reais brancos (1 vida)
1427	Gonçalo Gonçalves ^	casa	Rua do Açougue Velho	40 soldos
1410	João Afonso	casa	Rua de Pero Vermoiz	8 reais de 3,5 libras
1410(?)	João Domingues^	vinha vinha vinha	Penezinhos Quinta do Gualdim Ladeira	? 6 libras; 60 reais de 3,5 libras
1454	João Rodrigues	vinha vinha + terra de pão	Ponte Nova (Vaiada) Vaiada	50 reais e 2 frangos 200 reais brancos (3 pessoas)
1405	Luis Anes	vinha vinha	Penezinhos Quinta do Gualdim	5 ?
A V Cít o	Pedro Álvares	casa	Praça de S. Nicolau, fr. São Nicolau	isento
1406	Pedro Fernandes ^	rasa	Praça de S. Nicolau, fr. São Nicolau	300 libras
>1454 <1500	Vasco Fernandes	casa	Postigo de Gonçalo Eanes, freguesia de São Nicolau^	?

* Preço pago por dois conchouso: este e o seguinte

** Preço pago por dois conchouso: este e o anterior

Confrontava com as casas de outro tabelião, de nome Lourenço Fernandes

^ Casado com Constança Anes. É uma das testemunhas do acto realizado em 20/12/1410

É testemunha, juntamente com Estevão Vicente e João Rodrigues, do acto realizado em 09/07/1415

Tabelião geral do rei na cone, é casado com Catarina Vicente. Os imóveis confrontavam com casas suas. É o mesmo homem que em 1405 nos suíge como escrivão e contador da casa do civil. Cf. quadro II. É provável que se trate do escudeiro a quem D. João I deu em 1385 os direitos de açougagem de Santarém.

QUADRO II
ESCRIVÃES DETENTORES DE PRÉDIOS DO HOSPITAL DO ESPÍRITO
SANTO NO SÉC. XV

Data	Nome	Profissão	Predio	Localiz. do prédio	Renda paga
1454	Afonso Alvares	escrivão da almotaçaria	casa	?	5 reais
> ^	Afonso Anes ⁴⁹	escrivão das albergarias	lagar	Rua dos Lavradores, ff. São Nicolau	16 alqueires de azeite
<1405	Bacías Fernandes	escrivão d'el rei	olival	Curral do Pão e Água, ff. do Salvador	3 libras antigas
1405	Estevão Domingues	escrivão da câmara d'el rei	conchouso	Hosp. Espírito Santo-o- -Velho, fr. do Salvador	?
1454	Filipe Afonso	escrivão da chancelaria	casa	Rua dos Mercadores	150 reais brancos
1448	Gomes Anes [de Coruche] ^	escrivão dos orlaos	vinha	Ponte das Tábuaas (Vaiada)	300 reais brancos e 2 galinhas
1405	Gonçalo Gonçalves	escrivão e contador da casa do civil	casa	Rua do Açougue Velho, fr. São Nicolau ⁵⁰ *	15 soldos antigos
1405	Lourenço Martins^	escrivão da adega do rei	olival	Pê-de-Aranha, fr. do Salvador	15 soldos antigas

⁴⁹ Confrontava com outras casas suas, localizadas junto da residência de João Afonso de Santarém. Em 10/08/1427 este mesmo homem é já tabelião geral d'el rei na corte e é casado com Catarina Vicente, com quem empraça umas casas do hospital, sitas na mesma ma. Cf. quadro I.
^ É uma das testemunhas do acto de 8 de Julho de 1445. Casado com Jacinta Vaz, com quem empraça esta propriedade.

⁵⁰ É talvez o homem que em 1435, como procurador do convento de Santa Clara de Santarém, consegue a cópia de um alvará que isenta o convento das dizimas.

⁵¹ É talvez o ex- almoxarife de D. Fernando, que vivia na rua de S. Bras, perto da Igreja do Milagre.

Alguns profissionais da escrita na Santarém de quatrocentos

QUADRO III
CONDIÇÃO SOCIO-PROFISSIONAL DOS TABELIÃES AO SERVIÇO
DO HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE SANTARÉM

Data(s)	Nome	Condição sócio-profissional	Número referências	Activid. document!	Nº cartas
1405* 26/10/1406 10/01/1420 10/03/1421 02/06/1421 04/10/1421 03/11/1421 03/12/1421 03/12/1421 15/07/1422 27/05/1422 11/11/1422 26/11/1422 26/11/1422 26/11/1422 26/11/1422 27/11/1422 07/12/1422	Afonso Domingues	escrivão das albergarias tabelião d'el rei em Santarém escrivão público dos hosp. e alberg. Santarém escr. público e tabelião hosp./ alberg. Santarém	18	17 anos	16
03/12/1396* 05/01/1399* 12/06/1406 07/08/1406 14/08/1406 16/08/1406 15/09/1410 27/05/1422	Álvaro Afonso	tabelião d'el rei em Santarém	8	26 anos	4
19/07/1445 01/04/1447 1454	Antão Gonçalves Correia	tabelião d'el rei em Santarém tabelião d'el rei em Santarém	3	9 anos	1
25/04/1448 26/03/1449* 14/01/1450* 23/10/1451*	Diogo Martins	escrivão público da câmara	4	3 anos	1
19/07/1445 01/04/1447	Domingos Anes	vassalo, tabelião d'el rei e escrivão público dos hospitais e albergarias de Santarém tabelião	2	2 anos	1
18/01/1332^ 20/01/1394* 1405* 29/10/1407 09/07/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415	Estevão Vicente Barbate	tabelião d'el rei em Santarém	12	83 anos	1
19/03/1424 09/06/1438(-)	Filipe Afonso	tabelião geral d'el rei escrivão da chancelaria	2	24anos	1

Luís Antonio Mata

09/07/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/03/1425 16/10/1437**	João Esteves	tabelião em Santarém tabelião d'el rei em Santarém idem	9	22 anos	2
14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 27/11/1422 19/03/1424 11/04/1424 10/09/1425 25/09/1425 06/120426W	João Gonçalves	tabelião d'el rei em Santarém	13	11 anos	8
14/08/1406 26/10/1406 09/07/1415 03/11/1421 03/12/1421 24/05/1422 11/04/1424 12/07/1437 1454	João Rodrigues	filho de Rodrigo Anes, escrivão do concelho idem tabelião idem idem idem idem tabelião d'el rei em Santarém	9	22 anos	1
14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 14/10/1415 19/03/1424 11/04/1424 09/10/1434 1454	Pedro Álvares	tabelião de Santarém idem tabelião d'el rei em Santarém idem	11	39 anos	2
20/11/1386 07/08/1406 14/08/1406 31/10/1408 15/09/1410 20/12/1410 23/3/1412* 01/03/1413 12/12/1414 09/07/1415 26/11/1422 10/08/1427	Rodrigo Anes	escrivão da câmara de Santarém escrivão do hosp. de Santo Espírito de Santarém idem escrivão da câmara de Santarém escrivão dos bens e direitos do Santo Espírito escrivão da câmara e tab. d'el rei em Santarém idem idem idem idem idem escrivão do hosp. de Santo Espírito de Santarém	12	41 anos	2
10/11/1390* 08/01/1397* 10/08/1427	Vasco Lourenço	tabelião geral d'el rei	3	37 anos	1
05/03/1447 08/03/1447 12/03/1447	Vasco do Pó	vass. e tabelião públ. d'el rei Sant. e seu termo	3	1 ano	3

⁽⁶⁾ Testamento de João Afonso de Santarém. ^ Título dos bens da Alcáçova. Cf. Judite Antonieta Gonçalves de Freitas, *Abuxracia do "Eloquente" (1435-1438)*, Patrimonia Historica, Cascais, 1996, p. 240

* Referência colhida dos Tombos do Hospital de Jesus Cristo.

** Referência colhida em fundos documentais coevos, pertencentes aos Conventos de Santarém.

QUADRO IV
TABELIÃES AO SERVIÇO DO HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE
SANTARÉM (a)

Data	Nome	Título
1406 Outubro, 26, Santarém, Torre da Porta de Maços; 1420 Janeiro, 10, Santarém, Torre da Porta de Maços, câmara da relação; 1421 Março, 10, Santarém, Chão da Feira; 1421 Junho, 2, Santarém, casas de morada do juiz das albergarias e hospitais; 1421 Outubro, 4, Santarém, Torre da Porta de Maços, câmara da relação; 1421 Novembro, 3, Santarém, na Torre da Porta de Maços, câmara da relação; 1421 Dezembro, 3, Santarém, na Torre da Porta de Maços —2x; 1422 Maio, 27, Santarém, Torre da Porta de Maços, câmara da relação; 1422 Novembro, 11, Santarém, capela-mor da igreja de Marvila; 1422 Novembro, 26, Santarém (Torre de Maços) - 4x 1422 Novembro, 27, Santarém, alpendre do Chão da Feira; 1422 Dezembro, 7, Santarém, alpendre do Chão da Feira	Afonso Domingues	tabelião d'el rei em Santarém e escrivão público dos hospitais e albergarias de Santarém
1406 Junho, 12, Santarém, Torre da Porta de Maços; 1406 Agosto, 7, Santarém, Torre da Porta de Maços; 1406 Agosto, 14, Santarém, Torre de Maços, câmara da Relação; 1406 Agosto, 16, Santarém, casas de morada do tabelião Álvaro Afonso	Álvaro Afonso	tabelião d'el rei em Santarém
1447 Abril, 1, Santarém, Torre da Porta de Maços, onde fazem relação	Antão Gonçalves Correia	tabelião d'el rei em Santarém
1448 Abril, 25, Santarém, Torre da Porta de Maços, câmara da relação	Diogo Martins	tabelião e escrivão público da câmara
1445 Julho, 19, Alqueidão	Domingos Anes	vassalo, tabelião d'el rei e escrivão público dos hosp. e albergarias em Santarém
1407 Outubro, 29, Santarém, casas de morada do mordomo do hospital	Estevão Vicente Barbate	tabelião d'el rei em Santarém
1424 Março, 19, Santarém, no paço dos tabeliães	Filipe Afonso	tabelião geral d'el rei
1415 Julho, 9, Santarém, igreja de S. João de Alpram; 1425 Março, 14, Santarém, casas de Pedro Anes	João Esteves	tabelião d'el rei em Santarém
1415 Outubro, 14, Santarém, casas de Lopo Dias de Espinho, juiz de fora - 7x; 1425 Setembro, 10, Santarém, Rua dos Falcoeiros	João Gonçalves	tabelião d'el rei em Santarém
1437 Julho, 12, Santarém, pousadas do juiz	João Rodrigues	tabelião d'el rei em Santarém
1424 Abril, 11, Santarém, no paço dos tabeliães; 1434 Outubro, 9, Santarém, torre da Porta de Maços	Pedro Álvares	tabelião d'el rei em Santarém
1408, Outubro, 31, Santarém, Torre da Porta de Maços; 1414 Dezembro, 12, Santarém Torre de Maços, onde fazem relação	Rodrigo Anes	escrivão da câmara e tabelião d'el rei em Santarém
1427 Agosto, 10, Santarém, casa da Sisa	Vasco Lourenço	tabelião geral d'el rei
1447 Março, 5, Santarém, Poços; 1447 Março, 8, Santarém, Torre da Porta de Maços, câmara da relação; 1447 Março, 12, Santarém, igreja de Santo Espírito	Vasco do Pó	vassalo e tabelião público d'el rei em Santarém e seu termo

*(a) Em 1434 residia em Santarém, onde tinha bens. Desempenhava o ofício de cirurgião.
Cf. Judite Feitas p. 195-196*

QUADRO VI
OUTROS ESCRIVÃES DE SANTARÉM (SÉCS. XIV-XV)

Data	Nome	Título	Função no documento
sécXV	Afonso Roiz	escrivão de Ceuta	
20/11/1386	Afonso Vicente	escrivão da casa do cível	testemunha
07/02/1425	Aires Femandes	escrivão da câmara	
07/02/1425	Diogo Femandes	escrivão da almotaçaria	testemunha
09/10/1434			testemunha
20/10/1406	Diogo Lopes	escrivão da almotaçaria	testemunha
03/12/1433*	Diogo Martins	escrivão da câmara	
01/04/1447			testemunha
09/10/1434	Femão Gil	escrivão da câmara	testemunha
10/12/1385	Gil Peres	escrivão do hosp.do Espírito Santo	testemunha
25/07/1436*			
1432-1466*	Gomes Borges	escrivão da chancelaria	
01/04/1447	GonçalodeZurara	escudeiro e escrivão da almotaçaria	testemunha
19/07/1445	Gonçafo Leitão	escudeiro e escrivão do Espírito Santo	
08/03/1447			
12/03/1447			
01/04/1447			
07/02/1425	Gonçab Lourenço ^(a)	escrivão do hosp.do Espírito Santo	testemunha
P		escrivão da puridade	
29/12/1361	João da Barca	escrivão do hosp.do Espírito Santo	testemunha
10/03/1421	João de Santarém	escrivão das obras	
20/04/1423	João Dômelas	escrivão dos contos	
27/05/1422	João Leitão	escrivão do hosp.do Espírito Santo	testemunha
04/10/1426	Lopo Afonso	oficial da câmara régia	redator testamento de D. João I
1440		secretário	
01/04/1447		escrivão da puridade	
08/03/1392	Luis Afonso	escrivão da câmara	testemunha
24/05/1422		idem	testemunha
26/11/1422		idem	testemunha
11/04/1424		idem	testemunha
07/02/1425		mordomo e procurador do Espír. Santo	testemunha
10/01/1420	Pedro Anes ^{(a) * (c)}	escrivão da câmara	testemunha
14/03/1425		ex- escrivão da chancelaria	testemunha
07/08/1406	Turíbio Femandes	escrivão	
10/08/1427	Vasco Peres	escrivão da sisa	testemunha

^(a) Este homem possuía bens no Requeixo, mais concretamente no beco de D. Marinha Afonso.

[^] Nesta data escani» duas casas e dois olivais do Hospital do Espírito Santo por uma vinha que tinha em Vaiada.

^(c) Este homem residia em Santarém, na Rua de César.

* Referência retirada de Judite Freitas, *ob. cit.*